

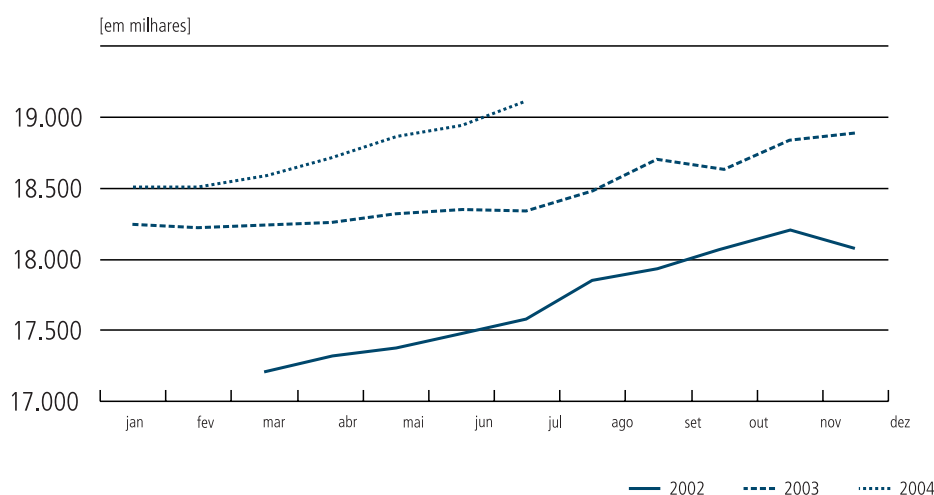
## 2 EMPREGO E RENDA

Prosseguiu em julho a melhoria já observada ao longo do segundo trimestre nos principais indicadores do mercado de trabalho. Nesse sentido, parece não haver mais dúvidas de que a sua recuperação é um processo consistente e que a continuidade do crescimento da economia poderá trazer no segundo semestre resultados ainda mais significativos, comparáveis aos verificados em 2000, ano em que o desempenho do mercado de trabalho foi extraordinário.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, depois da queda sazonal do início do ano, a ocupação começou a crescer de forma clara a partir de março (Gráfico 2.1),<sup>1</sup> tendo os primeiros sete meses se encerrado com uma variação média de 2,5% sobre igual período de 2003. Esse crescimento vem se intensificando mês a mês, com a taxa de julho alcançando a expressiva cifra de 4,3%, na comparação com julho do ano passado. Cabe lembrar que naquela ocasião a PME, diversamente dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Seade/Dieese, mostrou essa mesma taxa de variação da ocupação, na comparação com julho de 2002, um resultado que causava estranheza, dada a conjuntura recessiva por que passava a economia. Este ano, contudo, a referida taxa está de acordo com os dados relativos ao nível de atividade e também com os resultados da PED: diversamente do ocorrido em julho do ano passado, quando a taxa de variação anual da ocupação na região metropolitana de São Paulo, segundo essa pesquisa, foi de -0,3%,

GRÁFICO 2.1

### Evolução do Nível de Ocupação



1. A PME, segundo a nova metodologia, só dispõe de dados para o conjunto das seis regiões pesquisadas a partir de março de 2002.

este ano ela atingiu 3,1% em julho, confirmando a resposta altamente positiva que o mercado de trabalho está dando aos estímulos produzidos pelo crescimento da economia.

Em termos regionais, o dinamismo apresentado pela ocupação, embora ocorrendo de forma generalizada entre as regiões cobertas pela PME, tem como destaque as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e São Paulo. De fato, considerando o nível de ocupação em julho, Belo Horizonte mostra um crescimento de 6,7%, e São Paulo de 5,3%, sobre o mesmo mês do ano passado. As regiões metropolitanas de Salvador e Porto Alegre vêm em seguida com 4,5% e 3,9% de crescimento, respectivamente, ao passo que o Rio de Janeiro apresenta uma variação de 2,5%, não tão extraordinária como as anteriores, embora ainda bastante expressiva. Apenas a região metropolitana do Recife vem mostrando uma recuperação da ocupação em patamares bastante diferenciados das demais, com modesto 0,4% de crescimento, em julho deste ano, quando comparado com o nível de ocupação verificado 12 meses antes.

Faltam dados para se saber até que ponto o bom desempenho da ocupação nas demais regiões é representativo de um fenômeno que está ocorrendo de forma generalizada no país, ou se a realidade do mercado de trabalho da região do Recife, antes de ser uma exceção, se aproxima mais daquilo que estaria acontecendo fora dos maiores centros metropolitanos. Algumas evidências indiretas parecem mostrar, contudo, que a primeira dessas possibilidades é aquela que de fato está prevalecendo.

Pelas estatísticas do Caged/MTE, que vêm apontando uma expressiva expansão dos vínculos de trabalho formais, a proporção de empregos gerados no resto do país, excluindo-se as seis regiões metropolitanas cobertas pela PME/IBGE, é consideravelmente superior à sua participação no mercado de trabalho: enquanto essa participação é de cerca de 72,9%,<sup>2</sup> o volume de empregos aí gerado nos primeiros sete meses do ano, pelo levantamento do Caged, é de cerca de 79,1% do total. Em outras palavras, segundo esses dados o dinamismo do mercado de trabalho fora das maiores regiões metropolitanas estaria sendo ainda mais intenso do que o captado pela PME/IBGE.

Também os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (Pimes), do IBGE, mostram que o dinamismo da ocupação nesse setor não está restrito às regiões cobertas pela PME: segundo esta fonte, comparando-se o número de trabalhadores empregados no mês de junho deste ano com o verificado em junho de 2003, para um crescimento médio de 1,6% observado no conjunto dos estados pesquisados, destacam-se positivamente, além de Minas Gerais, de certa forma contemplado na PME, os Estados do Paraná (4,3%), Ceará (2,5%) e Santa Catarina (2,1%) — os três completamente fora da área de cobertura da PME.

No que se refere à distribuição setorial da ocupação, os maiores destaques positivos têm sido as atividades de serviços e a indústria, com crescimento de 6,5% e 5,4%, respectivamente, na comparação de julho deste ano com julho de 2003, situando-se em segundo plano os serviços domésticos (4,2%) e o comércio (3,1%). Como destaque negativo aparece o setor de construção civil, com uma queda de 3,8% nessa mesma comparação. O impacto negativo que essa trajetória da construção civil provoca na evolução da ocupação total serve, por outro lado, para chamar a atenção para as possibilidades que existem de dinamização ainda maior do mercado de trabalho, caso as medidas de estímulo recentemente aprovadas

2. Considerando a proporção da PEA do Brasil "não-PME" no total da PEA, segundo a PNAD/IBGE de 2002.

pelo Congresso, além de outras que podem ser implementadas, como as PPPs, venham, como é de se esperar, a se confirmar eficazes instrumentos na recuperação do emprego no setor.

Uma questão a considerar, no que se refere ao emprego industrial, diz respeito a se o dinamismo atualmente observado estaria restrito aos segmentos voltados em grande parte à exportação, ou se a recuperação já estaria alcançando também as atividades mais relacionadas ao mercado interno, em particular as produtoras de bens de consumo não-duráveis. A importância dessa questão reside no fato de que uma generalização do quadro positivo que os setores exportadores vêm experimentando, já há alguns meses, seria indicativo de que o processo de recuperação da economia teria alcançado um patamar maior de consistência, na medida em que teria passado a se apoiar também no dinamismo do mercado interno, sendo este sustentado não apenas pela expansão do crédito, como no caso de bens duráveis, mas também pela recuperação da renda das famílias.

Nesse sentido, a evolução dos dados da Pimes/IBGE mostra que está ocorrendo uma expressiva evolução do emprego em algumas atividades que podem ser plenamente identificadas como produtoras de bens de consumo não-duráveis, como as indústrias de alimentação e bebidas, fumo, e calçados e couro. Por sua vez, as atividades têxtil e a de vestuário, embora ainda apresentando variações negativas, nas comparações dos níveis de emprego observados este ano com os registrados nos mesmos meses de 2003, têm mostrado um progressivo estreitamento dessas diferenças (ver Tabela 2.1).

Esses resultados positivos que o nível de ocupação vem apresentando suscitam, de imediato, a questão relativa à qualidade das ocupações que estão sendo criadas, já que são notórias as dificuldades que o mercado de trabalho vem tendo, pelo menos desde o início da década passada, para conter um processo quase monotônico de crescente informalização e precarização das formas de inserção ocupacional dos trabalhadores. Quanto a isso, as indicações disponíveis são até certo ponto contraditórias e é necessário esperar a continuidade do atual processo de recuperação da economia, para se obter um quadro mais nítido da capacidade que o mercado de trabalho tem, hoje em dia, de gerar empregos de melhor qualidade.

Por um lado, o crescimento expressivo do número de empregos com carteira de trabalho assinada gerados pelo setor privado<sup>3</sup> (segundo a PME, 2,4% em julho, na comparação com julho de 2003), taxa idêntica ao crescimento verificado na PEA (ver Tabela 2.2), e o número

TABELA 2.1

**PIMES/IBGE: Empregados na Indústria — Taxas de Variação em 12 Meses**

[em %]

	Alimentos e Bebidas	Fumo	Calçados e Couro	Têxtil	Vestuário
Jan./04	1,2	-4,2	-2,3	-6,6	-12,9
Fev./04	2,4	-5,3	-0,7	-6,3	-12,1
Mar./04	1,9	17,9	-0,8	-6,0	-10,0
Abr./04	1,3	22,5	-0,8	-3,7	-9,3
Mai./04	2,7	39,5	0,5	-0,6	-8,7
Jun./04	3,6	51,3	1,5	-0,5	-9,7

Fonte: PIMES/IBGE. Elaboração: IPEA/DIMAC.

3. Não inclui, além do setor público, os empregos domésticos.

TABELA 2.2

**PME/IBGE: PIA, PEA e Ocupados — Taxas de Variação em 12 Meses**

(em %)

Meses	PIA	PEA	Ocupados					
			Total	Empregados do Setor Público	Empregados do Setor Privado		Conta-Própria	Outros
					Com Carteira	Sem Carteira		
Jan./04	1,8	2,0	1,4	-3,0	-0,5	2,8	9,1	-1,8
Fev./04	1,7	2,0	1,5	-0,1	-1,9	4,8	8,8	-0,7
Mar./04	1,8	2,7	1,9	0,4	0,3	0,7	10,2	-2,5
Abr./04	1,6	3,3	2,5	-0,6	0,7	4,7	6,7	1,6
Mai./04	1,8	2,2	2,9	2,2	1,9	6,1	3,8	1,7
Jun./04	2,1	1,8	3,3	1,2	3,2	8,6	1,9	1,1
Jul./04	2,1	2,4	4,3	5,8	2,4	9,6	3,7	3,5

Fonte: PME/IBGE. Elaboração: IPEA/DIMAC.

recorde de contratos formais em todo o Brasil, segundo o Caged/MTE (1.237 mil nos primeiros sete meses deste ano), testemunham positivamente quanto a essa capacidade, pelo menos naquilo que se refere à proteção da legislação trabalhista. Por outro lado, o crescimento quatro vezes superior dos empregos sem carteira (9,6%, no mesmo período)<sup>4</sup> pode, à primeira vista, dar a entender que, embora gerando empregos formais de maneira expressiva, o mercado de trabalho ainda padece de distorções graves que o fazem privilegiar a expansão da informalidade. E, de fato, caso tais números, relativos à evolução dos empregos com carteira e sem carteira, se cristalizem nos próximos meses, uma avaliação como essa dificilmente poderá ser contestada.

Contudo, levando em conta o momento pelo qual a economia está passando, ainda vivendo — de certa forma — o início de um processo de retomada do crescimento econômico, depois do severo ajuste fiscal e monetário que fez o PIB apresentar um recuo de 0,2% em 2003, é mais prudente, hoje, considerar prematura qualquer avaliação que possa ser feita a partir desses números, uma vez que, em tal conjuntura, é natural que as empresas adotem uma postura cautelosa em relação aos custos de contratação, esperando que o processo de crescimento se mostre duradouro e com perspectivas de sustentabilidade, para só então assumir mais amplamente a formalização dos vínculos de trabalho.

Nesse sentido, havendo uma continuidade do processo de crescimento da economia, a confiança que os empresários passariam a ter em seu ulterior prosseguimento e a necessidade de garantir mão-de-obra em face do aquecimento do mercado de trabalho levariam a uma progressiva substituição de parcela dos atuais vínculos precários por contratos formais, repetindo o ocorrido no final de 2000. Naquela ocasião, depois de cinco trimestres consecutivos de crescimento do PIB, para um mesmo volume total de mão-de-obra empregada, o mercado de trabalho operou uma substituição maciça de trabalhadores sem carteira por trabalhadores com vínculos formais. Esse movimento, verificado no final de 2000 e início de 2001, foi tão intenso que, depois de mostrar um crescimento ininterrupto da informalidade ao longo de toda a década de 1990, o mercado de trabalho metropolitano

4. O crescimento anual do número de trabalhadores por conta própria, que vinha sendo bem mais modesto, também foi superior, em julho (3,7%), ao observado no número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada.

experimentou — na média anual de 2001, segundo a PME — um crescimento de cerca de 1,4 ponto percentual em seu grau de formalização.<sup>5</sup>

Analisando-se mais de perto a evolução recente dessas duas principais formas de inserção ocupacional, pode-se detectar alguns movimentos que talvez sejam indícios de que a realidade da atual retomada do mercado de trabalho possa mesmo vir a caminhar nessa direção. De fato, enquanto cerca de 80% do crescimento dos empregos sem carteira gerados pelo setor privado nos últimos 12 meses ocorreu entre julho de 2003 e abril deste ano, no caso dos empregos com carteira a situação quase se inverte, com 70% daquele aumento sendo verificado nos últimos três meses (ver Gráfico 2.2).

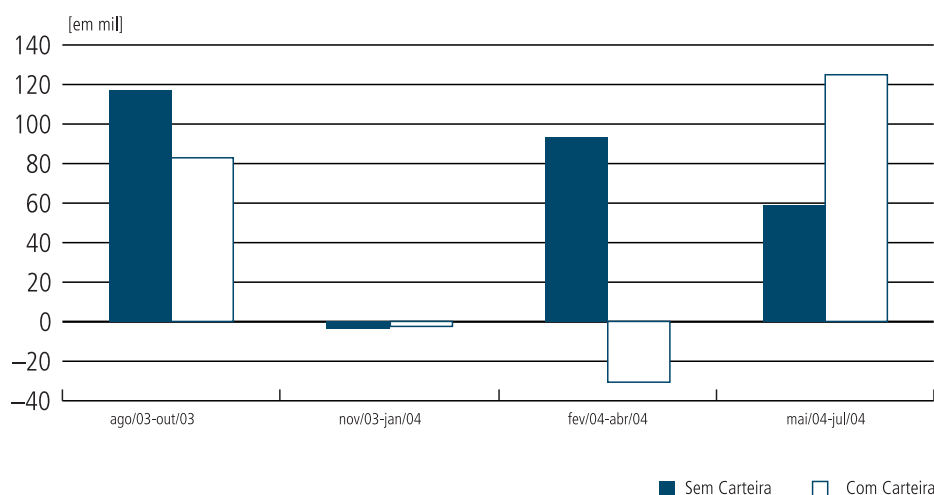
Não obstante, as oscilações verificadas mês a mês reforçam a recomendação de se esperar mais alguns trimestres, para ver se, com a continuidade do crescimento da economia, o fenômeno de 2000-2001 volta a se repetir, confirmando a hipótese acima ventilada, ou se, pelo contrário, nem mesmo um processo de crescimento sustentado é capaz de superar os obstáculos hoje existentes a uma formalização maior do mercado de trabalho.

No que diz respeito à situação do desemprego, os últimos meses trouxeram uma queda acentuada na taxa de desocupação,<sup>6</sup> que — segundo a PME — passou de um patamar recorde de 13,1% em abril para 11,2% em julho, ou seja, uma diminuição de quase dois pontos percentuais em três meses. Essa queda foi em parte decorrente do vigor com que se vem processando o crescimento do número de ocupados, mas também, em maio e junho, por um recuo da taxa de participação das pessoas no mercado de trabalho. Tal recuo, de certa forma inesperado nessa época do ano, pode ter sido um resultado da melhoria recente havida na situação de emprego e mesmo dos rendimentos, diminuindo a pressão que membros secundários das famílias vinham exercendo sobre o mercado de trabalho, em razão da queda dos rendimentos familiares, processo este que se havia acentuado a partir do final de 2002.

Em julho a taxa de participação voltou a aumentar ligeiramente, mas a continuidade do processo de crescimento da ocupação fez com que o mercado de trabalho absorvesse de

GRÁFICO 2.2

### PME/IBGE — Empregos Gerados pelo Setor Privado



5. Considerando a participação dos empregados com carteira no total dos trabalhadores ocupados.

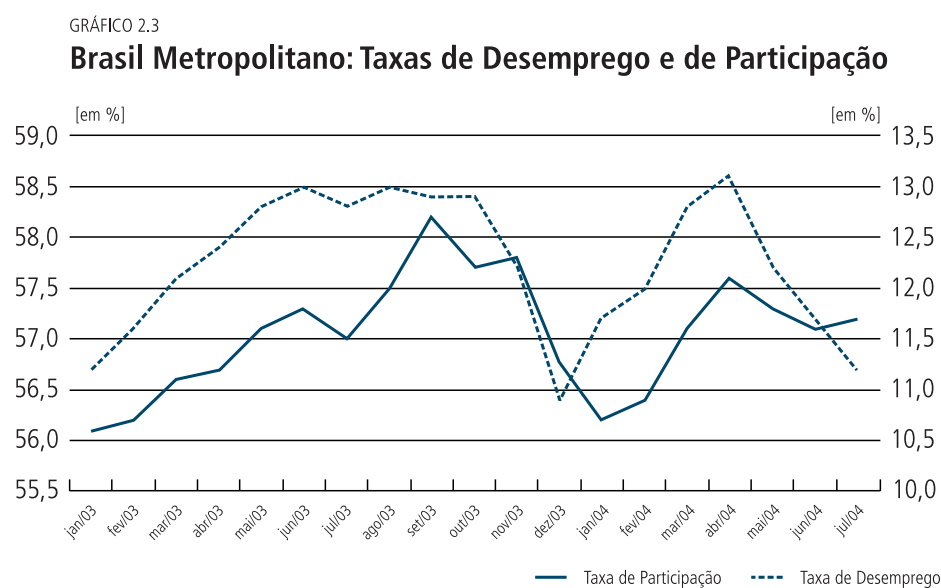
6. Essa é a terminologia utilizada pelo IBGE. O conceito é o mesmo daquele habitualmente denominado "taxa de desemprego", ou seja, a proporção do número de desocupados em relação à PEA.

forma produtiva todo o acréscimo de pessoas decorrente desse aumento, além de ser ainda capaz de resgatar cerca de 100 mil pessoas que integravam o estoque de desempregados nas seis regiões metropolitanas cobertas pela PME. Para os próximos meses, devido a suas características sazonais, a expectativa é de que a taxa de participação apresente uma tendência declinante, mesmo se mantendo estável num ou noutro mês, o que contribuirá para manter em queda a taxa de desemprego, supondo, é claro, que não haja alterações na atual evolução positiva da ocupação. Em outras palavras, uma eventual reversão da tendência declinante da taxa de participação será episódica, não comprometendo as perspectivas de melhoria progressiva do indicador de desemprego até o final do ano.

Depois de alguns meses de crescimento continuado da ocupação e, mais recentemente, de queda da taxa de desemprego, as preocupações voltam-se não só para a qualidade dos vínculos de trabalho gerados, como visto anteriormente, mas também para as possibilidades de recuperação dos rendimentos reais. A esse respeito, o mês de julho mostrou pela primeira vez, segundo a PME, uma variação positiva dos rendimentos reais habitualmente recebidos (+2,0%), quando a comparação é feita com o observado no mesmo mês do ano anterior.

Isso não quer dizer, contudo, que o processo de recuperação desse indicador já esteja consolidado. Além de se encontrar em um patamar extremamente baixo, o que implica a necessidade de um período longo de melhoria continuada de seus valores, os dados recentes não são inequívocos, quando se trata de avaliar a consistência e solidez dessa recuperação. Seja pelo caráter muito recente da melhoria, seja pelas oscilações que vêm ocorrendo na sua evolução mensal ou pelas disparidades existentes entre as regiões e entre as formas de inserção ocupacional dos trabalhadores, cabe aguardar uma razoável seqüência de resultados positivos até que se possa caracterizar como sólida a trajetória de recuperação dos rendimentos reais, principalmente se for levada em conta a magnitude dos desafios a serem superados.<sup>7</sup>

A título de ilustração, a Tabela 2.3 mostra as taxas de variação em 12 meses dos rendimentos médios reais habitualmente recebidos pelos trabalhadores neste ano, segundo as regiões metropolitanas da PME/IBGE.



7. Em termos de médias anuais, os rendimentos reais vêm apresentando uma trajetória de queda contínua desde 1997, ano em que atingiu seu valor máximo, após a transformação do padrão monetário em 1994.

TABELA 2.3

**PME/IBGE: Rendimentos Médios Reais habitualmente Recebidos —  
Variações em 12 Meses**

[em %]

Meses	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
Jan.	-5,0	-11,0	-3,8	-1,8	-9,7	6,0	-6,2
Fev.	-12,5	-2,8	-3,3	-6,8	-6,0	0,8	-5,7
Mar.	-10,7	0,7	-2,2	-1,4	-2,5	0,0	-2,4
Abr.	-7,1	4,8	-1,3	1,9	-7,7	1,9	-3,5
Mai	-11,6	6,3	-0,7	-5,7	0,3	-2,1	-1,4
Jun.	-7,9	2,8	-3,0	-4,9	1,5	2,1	-0,5
Jul.	0,3	5,0	3,5	-1,5	2,7	5,9	2,0

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA/DIMAC.

Embora as regiões de São Paulo e Salvador já mostrem há três meses consecutivos valores superiores aos verificados em 2003, isso só veio a ocorrer em Belo Horizonte e Recife no mês de julho, sendo que a região do Rio de Janeiro continua a exibir uma variação negativa, apesar de também vir estreitando progressivamente a diferença existente.

No que se refere às formas de inserção ocupacional, pelos dados da Tabela 2.4 pode-se perceber que o resultado positivo encontrado para o total dos trabalhadores está muito relacionado à maior consistência havida na evolução recente dos rendimentos dos trabalhadores com carteira do setor privado (e também, certamente, à sua maior participação no conjunto, conforme discussão anterior), uma vez que nas demais categorias de trabalhadores os movimentos observados não permitem apontar uma trajetória definida rumo à sua recuperação sustentada.

Um outro dado que recomenda cautela na avaliação da situação do mercado de trabalho, no que se refere à evolução dos rendimentos reais, é a quantidade de trabalhadores subremunerados, isto é, recebendo, em média, abaixo do salário mínimo/hora. Dado que o critério de classificação de trabalhadores nessa categoria é o valor nominal do salário mínimo, o número de pessoas assim classificadas cresce abruptamente quando o salário mínimo é reajustado, e depois vai caindo progressivamente, já que a melhoria havida nos seus rendimentos

TABELA 2.4

**PME/IBGE: Rendimentos Médios Reais habitualmente Recebidos —  
Variações em 12 Meses**

[em %]

Meses	Setor Público	Empregados do Setor Privado		Conta-Própria	Total
		Com Carteira	Sem Carteira		
Jan./04	-5,6	0,4	-2,1	-8,0	-6,2
Fev./04	-7,6	0,3	-4,8	-4,9	-5,7
Mar./04	-4,2	-0,5	-4,3	2,7	-2,4
Abr./04	-2,2	-2,9	-4,3	3,2	-3,5
Mai/04	-1,8	-0,8	2,6	0,0	-1,4
Jun./04	-3,1	1,1	3,6	-2,6	-0,5
Jul./04	-1,2	2,9	1,1	-2,4	2,0

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA/DIMAC.

ao longo do tempo vai aos poucos subtraindo muitas delas dessa estatística. Acontece que a redução havida entre o reajuste de abril de 2003 e o deste ano não foi suficiente para levar esse número de volta aos patamares anteriores (mesmo que em termos relativos). Com isso o número de pessoas nessa condição, em julho deste ano, é 19,7% maior que o verificado em julho do ano passado, o que é mais um indicador da debilidade atual do mercado de trabalho no que concerne à situação dos rendimentos e à qualidade das ocupações geradas — fenômeno, como realçado antes, provavelmente ligado ao fato de ainda encontrarmos nos estágios iniciais de recuperação da economia.

Além disso, como mostra o Gráfico 2.4, a recuperação dos rendimentos médios reais numa comparação de 12 meses é, em maior medida, fruto da queda acentuada havida ao longo do ano passado, uma vez que o crescimento que se vem processando este ano ainda é muito tímido.

Não obstante essas qualificações, o crescimento de 2,0% havido nos rendimentos médios reais do conjunto dos trabalhadores, segundo a PME, veio dar um poderoso impulso à recuperação da massa de salários, que até então estava dependendo exclusivamente do crescimento do nível de ocupação. Na medida em que esse último atingiu em julho a expressiva taxa de 4,3%, em relação a 12 meses antes, a massa de salários pôde exibir um aumento de 6,4%, nessa mesma comparação, o que, sem dúvida, é um poderoso reforço de dinamização da demanda interna.

GRÁFICO 2.4

**PME/IBGE: Rendimentos Reais habitualmente Recebidos**

